



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

Concurso Público – Edital nº 02/2013

Prova Objetiva – 25/08/2013



309 – Procurador Jurídico

INSTRUÇÕES

1. Confira, abaixo, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
3. A prova é composta de 40 questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **a, b, c, d, e**, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
6. Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
7. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica preta, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
8. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. Não será permitido ao candidato manter em seu poder relógios, aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, *tablet*, calculadora, agenda eletrônica, MP3 etc.), devendo ser desligados e colocados OBRIGATORIAMENTE no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do concurso.
10. A duração da prova é de 4 horas. Esse tempo inclui a resolução das questões e a transcrição das respostas para o cartão-resposta.
11. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova e o cartão-resposta.
12. Se desejar, anote as respostas no quadro abaixo, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

Conhecimentos
Específicos

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas.

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

X

RESPOSTAS							
01 -	06 -	11 -	16 -	21 -	26 -	31 -	36 -
02 -	07 -	12 -	17 -	22 -	27 -	32 -	37 -
03 -	08 -	13 -	18 -	23 -	28 -	33 -	38 -
04 -	09 -	14 -	19 -	24 -	29 -	34 -	39 -
05 -	10 -	15 -	20 -	25 -	30 -	35 -	40 -

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01 - Mévio ocupava há 03 anos e 04 meses o cargo público de Analista, nível médio, do quadro da Administração Pública municipal. Nesse período, após ter concluído o curso de nível superior em Direito, necessitando a municipalidade prover com certa urgência o cargo de Assessor Jurídico, aconselhado por seu superior hierárquico, Mévio solicitou a sua exoneração do cargo de Analista para poder ser nomeado para o cargo de Advogado do Município, em regime de 20 horas semanais. Tendo sido aprovado no curso de mestrado em Direito da Universidade Federal do Paraná, um ano após tomar posse e entrar em exercício no novo cargo, sempre buscando o seu aprimoramento para o exercício da função pública que exerce, Mévio solicitou a concessão de licença para capacitação profissional. Tal pedido, porém, foi prontamente indeferido pela administração, com base no fato de Mévio encontrar-se em estágio probatório. Mévio, então, solicitou a sua reintegração ao cargo de Analista anteriormente ocupado.

Tendo em vista essa situação hipotética, considere as seguintes afirmativas:

1. A posse de Mévio no cargo de Advogado acarretou a vacância do cargo de Analista, nível médio, que anteriormente ocupava na Administração municipal.
2. Sendo servidor público que já alcançou a estabilidade no cargo de Analista, a nomeação de Mévio para o cargo de Advogado prescinde de sua aprovação em concurso público.
3. Havendo compatibilidade de horários, Mévio poderia acumular os dois cargos, observado o limite do teto remuneratório estabelecido na Constituição Federal.
4. Agiu corretamente a Administração Pública ao indeferir a licença solicitada por Mévio, que somente poderá ser concedida aos servidores já aprovados em estágio probatório, estando a sua concessão condicionada a critérios de conveniência e oportunidade.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- ▶ d) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

02 - Agente de execução de serviços administrativos da Câmara de Vereadores do Município de Piraquara é demitido do cargo público, em processo administrativo disciplinar, sob alegação de que ele teria afrontado normas estatutárias, ao aceitar receber vantagem pecuniária para agilizar o andamento de um processo administrativo em favor de outro servidor. No processo penal instaurado pelas mesmas razões, o agente de execução de serviços administrativos foi absolvido em razão de ter ficado provada a inexistência da conduta típica que lhe fora atribuída. Nessa situação:

- ▶ a) a decisão absolutória não influirá na decisão administrativa se, além da conduta penal imputada, houver a configuração de ilícito administrativo naquilo que a doutrina denomina de conduta residual.
- b) a interdependência entre as esferas penal e administrativa resulta que nenhuma decisão penal absolutória possa influir na esfera administrativa, a não ser que a Administração Pública seja parte em ambos os processos.
- c) as instâncias penal e administrativa são incomunicáveis, porque o âmbito de repressão do ilícito penal é mais amplo que o do ilícito administrativo, daí a independência das responsabilizações.
- d) em nenhuma hipótese a decisão judicial surtirá efeito na relação funcional, e, em consequência, na esfera administrativa.
- e) haverá repercussão no âmbito da Administração somente no caso de a ação penal absolver o agente por negativa de autoria.

03 - Tício, servidor público do município de Piraquara, requereu a sua aposentadoria voluntária, uma vez que preenchia todos os requisitos exigidos pela Constituição para tanto. Diante disso, considere as seguintes afirmativas:

1. Se a Administração indeferir o seu pedido, o ato de indeferimento pode ser anulado judicialmente, pois se trata de ato administrativo vinculado, que impõe ao Estado o dever de conceder a aposentadoria.
2. A Administração tem a prerrogativa de analisar, caso a caso, a conveniência e oportunidade de aposentar os servidores públicos, ainda que os requisitos constitucionais exigidos para a aposentação estejam preenchidos.
3. Se a Administração conceder a aposentadoria e, três anos depois, identificar que houve um vício formal insanável na sua concessão, o ato poderia ser revogado, com efeitos *ex nunc*, respeitados os direitos adquiridos do servidor aposentado.
4. Se a Administração conceder a aposentadoria e, posteriormente, identificar que houve um vício formal sanável no ato de aposentação, poderá haver a sua convalidação, para correção do vício e preservação dos efeitos produzidos desde a sua edição.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- ▶ d) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.

04 - Com base no que dispõe a Lei Orgânica do Município de Piraquara.

- a) Os vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Estado do Paraná.
- ▶ b) Os vereadores não poderão, desde a expedição do diploma, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive de que sejam demissíveis “ad nutum”, em empresa concessionária de serviço público.
- c) Os vereadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.
- d) Perderá o mandato o vereador que sofrer condenação criminal em decisão colegiada de segundo grau.
- e) Sofrerá advertência formal o vereador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões, podendo sofrer cassação, garantidos o devido processo legal e a ampla defesa.

05 - Com base na Lei Orgânica do Município de Piraquara, é correto afirmar:

- ▶ a) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação, à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores do Município.
- b) São de iniciativa privada do Prefeito as leis que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica, desde que não relacionadas ao aumento de remuneração.
- c) Por motivo de interesse público, o Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para apreciação de qualquer projeto de lei em trâmite na Câmara de Vereadores.
- d) Se o Prefeito municipal considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de vinte dias corridos, contados da data do recebimento.
- e) Havendo veto do prefeito ao projeto de lei, ele comunicará os motivos, dentro de setenta e duas horas, à Mesa Diretora da Câmara Municipal.

06 - Como explicar, então, o alcance do art. 37, parágrafo 5º? Pensamos que o que se há de extrair dele é a intenção manifesta, ainda que mal-expressada, de separar os prazos de prescrição do ilícito propriamente, isto é, penal, ou administrativo, dos prazos das ações de responsabilidade, que não terão porque obrigatoriamente coincidir.

(MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 1081.)

Com base no entendimento expresso no texto citado, é correto afirmar:

- a) O autor refere-se à interpretação que deu ao dispositivo constitucional que trata da prescrição a favor da Fazenda pública em casos em que uma entidade pública é credora de terceiros.
- ▶ b) O autor refere-se à interpretação que atribui a um assunto polêmico na doutrina e jurisprudência brasileira, qual seja, o tema da prescrição das ações de ressarcimento ao erário.
- c) O autor trata da disposição constitucional que expressamente determina a separação das instâncias penal e administrativa no Brasil.
- d) O autor trata do prazo prescricional para a Administração Pública brasileira anular atos administrativos.
- e) Em que pese a redação do texto acima, o assunto fundamental tratado não é a prescrição e sim a decadência da anulação de atos administrativos ilícitos pela Administração Pública.

07 - Sobre as hipóteses de intervenção do Estado no domínio econômico e social, considere as seguintes afirmativas:

1. Há um conceito de serviço público expressamente estabelecido pela Constituição de 1988.
2. Há um conceito de atividade econômica em sentido estrito expressamente estabelecido pela Constituição de 1988.
3. Telecomunicações implica um conjunto de serviços cuja exploração é de competência da União Federal.
4. Portos fluviais e lacustres são de competência exploratória dos Estados-membros da Federação.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- ▶ c) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

08 - Sobre os princípios constitucionais da Administração Pública, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () Segundo o texto da Constituição Federal de 1988, a Administração Pública brasileira segue os princípios da impessoalidade, proporcionalidade, eficiência, moralidade e legalidade.
- () A doutrina brasileira é consensual ao não aceitar a incidência do princípio da supremacia do interesse público do regime jurídico administrativo.
- () Os princípios constitucionais gerais da Administração Pública são obrigatórios tanto para a Administração direta quanto para a indireta.
- () A motivação não é um princípio geral expresso na Constituição Federal de 1988.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – V – V – V.
- b) V – V – F – F.
- c) F – F – F – V.
- ▶ d) F – F – V – V.
- e) F – V – V – F.

09 - Trata-se de uma entidade da Administração indireta com personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia administrativa para o exercício descentralizado, de atividades típicas do Estado.

(BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Direito Administrativo. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2008, p. 22.)

O autor está se referindo a que entidades administrativas?

- a) Sociedades de economia mista.
- ▶ b) Autarquias.
- c) Empresas Públicas.
- d) Órgãos públicos.
- e) Serviços sociais autônomos.

10 - Com relação à intervenção do Estado na propriedade privada, considere as seguintes afirmativas:

1. **O tombamento, a desapropriação e os inventários são exemplos dos meios que a Constituição de 1988 estabelece para a proteção do patrimônio cultural brasileiro.**
2. **Tombamento e desapropriação são institutos jurídicos que não possuem as mesmas consequências jurídicas no caso da proteção de bens culturais.**
3. **A competência para legislar sobre desapropriações em geral pertence aos municípios.**
4. **O tombamento não pode ser realizado para a proteção de bens imateriais.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- ▶ b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

11 - Identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () **A competência para legislar sobre Direito processual administrativo pertence a todas as entidades políticas da Federação, que podem, cada qual, estabelecer sua própria normatização.**
- () **A competência para a legislação sobre licitações, no Brasil, é atribuída com exclusividade à União Federal.**
- () **A competência para a legislação sobre bens públicos, no Brasil, é atribuída com exclusividade aos Estados-membros da Federação.**
- () **A competência para a legislação sobre requisições administrativas é exclusiva dos municípios brasileiros.**

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – V – V – V.
- b) V – V – F – F.
- c) F – F – V – V.
- d) F – V – V – V.
- ▶ e) V – F – F – F.

12 - Considere o trecho a seguir:

Da imersão acima empreendida nas diversas teorias acerca da responsabilidade civil do Estado, notadamente aquelas desenvolvidas na França, pôde-se inferir que no ordenamento jurídico brasileiro o Estado encontra-se submetido a uma sistemática homogênea de responsabilização decorrente de comportamento ineficiente, seja comissivo (mau funcionamento) ou omissivo (funcionamento tardio): a responsabilidade objetiva.

(GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder. Responsabilidade civil do Estado, *faute du servisse* e o princípio constitucional da eficiência administrativa. In: GUERRA, Alexandre D. de Mello et al. (Coords.). *Responsabilidade civil do Estado: desafios contemporâneos*. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 117.)

Conforme a doutrina nacional, o sistema jurídico brasileiro e a perspectiva dos autores, é correto afirmar:

- ▶ a) Em qualquer caso, os autores defendem a responsabilidade objetiva, ou seja, tanto em casos comissivos quanto omissivos (o que é algo controvertido, pois parte da doutrina brasileira afirma a responsabilidade subjetiva no caso dos atos omissivos).
- b) Deve ser aplicada a responsabilidade objetiva como regra geral, mas somente no caso das pessoas jurídicas de direito público.
- c) A doutrina francesa é uma fonte importante para a o Direito brasileiro na matéria responsabilidade civil do Estado (haja vista, inclusive, ter inspirado a atual Lei Geral de Responsabilidade Extracontratual Estatal do Brasil).
- d) Não é possível extrair do texto uma posição definitiva dos autores quanto à possibilidade ou não de aplicação da responsabilidade subjetiva como fundamento da pretensão indenizatória contra o Estado no Brasil.
- e) Deve ser defendida a responsabilidade objetiva do Estado no Brasil (em que pese a Constituição Federal de 1988 não tratar desta matéria, atribuindo-a à legislação ordinária).

13 - Considere o trecho a seguir:

Em verdade, tem-se assistido uma apropriação privada do espaço público, sendo exemplos as privatizações, onde o Estado se retira da prestação direta da atividade e passa a exercer uma atividade de regulação.

(FINGER, Ana Cláudia. O público e o privado na Administração Pública. In: GUIMARÃES, Edgar (Coord.). *Cenários do Direito Administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2004. p. 81.)

Conforme o sistema jurídico brasileiro e a perspectiva da autora, é INCORRETO afirmar:

- a) Uma das formas de privatização é a transferência da atividade de saúde ao terceiro setor por intermédio da criação, pelo Estado, de organizações sociais.
- b) Segundo a autora, a delegação do serviço público de telecomunicações pode ser entendida como uma forma de privatização.
- c) A atividade de regulação, no Brasil, é atribuída, sem exclusividade, para as chamadas “agências reguladoras”.
- d) A regulação é uma atividade que pode ter como destinatários tanto prestadores de serviços públicos (como as concessionárias de telefonia) quanto exploradores de atividades econômicas em sentido estrito (como a Petrobrás).
- ▶ e) Conforme estabelece expressamente a Constituição de 1988, segundo o texto que lhe foi atribuído pela Emenda 19, de 1988, a desestatização é um instituto jurídico distinto da privatização.

14 - A respeito do poder constituinte, considere as seguintes afirmativas:

1. **O poder constituinte de reforma não pode criar cláusulas pétreas, apesar de lhe ser facultado ampliar o catálogo dos direitos fundamentais criado pelo poder constituinte originário.**
2. **O sistema constitucional brasileiro não admite a denominada cláusula pétrea implícita, estando as limitações materiais ao poder de reforma exaustivamente enumeradas na Constituição Federal de 1988.**
3. **Pelo poder constituinte de reforma, assim como pelo poder constituinte originário, podem ser inseridas normas no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), admitindo-se, em ambas as hipóteses, a incidência do controle de constitucionalidade.**

Assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

15 - Com relação ao controle de constitucionalidade, considere as seguintes afirmativas:

1. **Uma emenda constitucional torna constitucional um dispositivo de lei federal, antes inconstitucional. Tendo sido ajuizada Ação Direta de Inconstitucionalidade antes da edição da referida emenda constitucional, esta deverá ser extinta pela denominada constitucionalidade superveniente, não se aplicando no caso o princípio da contemporaneidade, e julgada improcedente a ação.**
2. **O atual posicionamento do STF admite a fungibilidade entre a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.**
3. **Assim como ocorre na Ação Declaratória de Constitucionalidade e na Ação Direta de Inconstitucionalidade, ato normativo já revogado não pode ser objeto de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.**
4. **A decisão que concede medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade possui eficácia *erga omnes* e de efeito vinculante tal qual a decisão de mérito, podendo seus efeitos ser modulados.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- ▶ d) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

16 - Com referência aos princípios fundamentais e à repartição constitucional de competências, considere as seguintes afirmativas:

1. **A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, de modo que a União, enquanto pessoa jurídica, não faz parte da organização político-administrativa da República.**
2. **A Constituição não elenca nenhuma competência material expressa aos Estados. Estes detêm competências comuns, concorrentes e residuais, sendo que somente essas últimas são privativas.**
3. **Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- ▶ d) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- e) As afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

17 - Sobre os direitos fundamentais, considere as seguintes afirmativas:

1. Os direitos fundamentais sociais, por se tratar de normas de eficácia limitada, podem ser suprimidos por meio de emenda constitucional.
2. O princípio constitucional da igualdade veda que a lei estabeleça tratamento diferenciado e injustificado entre pessoas que guardem distinções de grupo social, de sexo, de profissão, de condição econômica ou de idade, entre outras.
3. Os tratados internacionais assinados pelo Brasil e que versem sobre direitos humanos têm *status* de Lei Ordinária. No entanto, caso sejam aprovados em dois turnos, por 3/5 (três quintos) dos votos dos membros de cada casa Legislativa do Congresso, assumirão *status* de Lei Complementar.
4. As normas definidoras de direitos fundamentais possuem aplicabilidade imediata e irrestrita. Daí resulta que, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, não mais se admite em solo brasileiro a aplicação de pena de morte.

Assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

18 - Sobre a Intervenção Federal e o Poder Executivo, considere as seguintes afirmativas:

1. A União pode intervir somente nos Estados e no Distrito Federal, enquanto os Estados podem intervir apenas nos Municípios.
2. A Intervenção deve ser declarada por Decreto do Chefe do Executivo, mas pode ser oriunda de solicitação do Poder Legislativo.
3. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República. Em caso de vacância do cargo, a ordem sucessória é: Vice-Presidente, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente do Supremo Tribunal Federal.
4. É vedado aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- ▶ d) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

19 - A respeito de Processo Legislativo, considere as seguintes afirmativas:

1. A proposta de emenda constitucional deve ser discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, e será considerada aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros e for promulgada após a respectiva sanção presidencial.
2. Se o Presidente da República considerar um projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente.
3. A medida provisória aprovada pelo Congresso Nacional com alterações em relação ao texto original deve ser transformada em projeto de lei de conversão e ser promulgada pelo presidente do Senado, independentemente de sanção ou veto do presidente da República.
4. O projeto de lei aprovado por uma Casa Legislativa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar. O projeto emendado voltará à Casa iniciadora.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- ▶ c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

20 - Assinale a alternativa correta.

- a) Na falta de administração de pessoa jurídica, qualquer interessado está legitimado a pretender, judicialmente, a convocação de assembleia e/ou reunião que supra a ausência da administração.
- ▶ b) Assim como painéis de publicidade e veículos, o contrato de cessão onerosa de uso e gozo de garagens não se rege pela legislação específica, sendo-lhe aplicáveis as regras do Código Civil atinentes à locação de coisas.
- c) Dada a natureza coletiva da associação, e seu evidente interesse público, todos os associados devem gozar de iguais direitos e deveres, sob pena de nulidade do Estatuto.
- d) É vedada a reforma de Estatuto da Fundação, ainda que esta goze de personalidade jurídica de Direito privado.
- e) A definição de atividade empresarial é intimamente relacionada à noção de personalidade jurídica. Dessa característica, resulta que o registro da sociedade faz presumir seu caráter empresarial.

21 - Sobre a Administração Pública e o Poder Judiciário, considere as seguintes afirmativas:

1. A investidura em cargos e empregos públicos é condicionada à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto nos casos de nomeação para cargo em comissão e para a contratação por tempo determinado, nos quais é dispensada a realização de procedimento de escolha do agente público.
2. A Constituição consagra a responsabilidade objetiva da Administração Pública e de seus agentes com relação aos danos causados aos particulares.
3. Cabe Reclamação ao Supremo Tribunal Federal em face de decisão administrativa que, em determinado caso concreto, afronte orientação contida em Súmula Vinculante.
4. Cabe Recurso Ordinário ao Supremo Tribunal Federal, em face de decisão do Superior Tribunal de Justiça, que, em sede de Mandado de Segurança ajuizado contra o Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, concedeu a ordem pleiteada para reconhecer o direito do impetrante de auferir os benefícios do Bolsa Família.

Assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

22 - A respeito das disposições constitucionais em matéria tributária, considere as seguintes afirmativas:

1. Medida Provisória tendente a minorar a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) deve respeitar a anterioridade nonagesimal, mas não a anterioridade genérica.
2. O Presidente da República pode, mediante Medida Provisória (MP), instituir empréstimo compulsório. Para tanto, bastará que a MP editada respeite, para além do princípio da anterioridade, as regras específicas de seu processo legislativo.
3. A imunidade recíproca sobre taxas e contribuições é aplicável a Autarquias e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista exploradoras de serviços públicos.
4. Compete à União instituir por lei complementar imposto sobre grandes fortunas.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- ▶ d) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

23 - Assinale a alternativa correta.

- a) A menoridade cessa, entre outras causas, pela emancipação, pelo casamento e pelo exercício de atividade empresarial que gere, ao totalmente incapaz, economia e recursos próprios.
- b) As sociedades, fundações e associações municipais são consideradas pessoas jurídicas de Direito privado, dado o regime jurídico peculiar que se aplica a suas contratações de pessoal. Já os partidos políticos têm caráter público, vez que recebem repasse de verbas públicas, sujeitas a prestação de contas.
- ▶ c) As empresas individuais de responsabilidade individual, embora tenham natureza de Direito privado, não podem ser consideradas sociedades empresárias.
- d) As sociedades empresárias, em razão de sua natureza contratual, tornam-se juridicamente autônomas de seus sócios quando da celebração do negócio jurídico que lhe serve de base e da manifestação livre da vontade dos contratantes.
- e) Embora seja incapaz, é possível admitir-se que menor de 16 anos seja sócio e administrador de uma determinada sociedade, desde que o exercício da administração seja realizado por representante devida e legalmente constituído.

24 - Assinale a alternativa correta.

- a) O domicílio é matéria típica de ordem pública, razão pela qual é definido em lei, sendo vedada a disposição contratual em contrário.
- b) O direito à sucessão em aberto pode ser cedido por instrumento particular, dada sua natureza de direito patrimonial móvel.
- ▶ c) Se, em determinado procedimento judicial, uma das partes invocasse preliminar de decadência apenas em grau de recurso, seria correto afirmar a extinção do processo com julgamento do mérito.
- d) Os bens das associações são considerados bens públicos, motivo pelo qual lhes é vedada a pretensão de usucapião.
- e) Celebrado o negócio jurídico de compra e venda de bem imóvel, de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo nacional, por instrumento público, a transferência de sua titularidade coincidirá com a quitação das prestações pecuniárias.

25 - Assinale a alternativa correta.

- a) O ato nulo não pode ser confirmado nem convalidado e, uma vez constatado o vício, não mais produzirá os efeitos que dele se esperava.
- b) A verificação da prescrição se dá, de modo geral, com a fluência do mesmo prazo em que ocorre a perda do direito material, salvo expressa convenção em contrário.
- c) Uma das características dos bens públicos é a impossibilidade de cobrança por sua utilização.
- d) Tendo sido reconhecida a invalidade do instrumento do contrato, não pode o contratante pretender a realização dos efeitos do negócio utilizando-se, por exemplo, de prova fotográfica.
- ▶ e) No contrato de compra e venda, em regra, o vendedor arca com o custo de entrega do bem, salvo se a coisa tenha que ser expedida para lugar diverso a pedido do comprador.

26 - Assinale a alternativa correta.

- a) Como a evicção é garantia legal estabelecida em favor de contratante que se depara com direito de terceiro e, em razão disso, perde, total ou parcialmente, o bem adquirido em contrato oneroso, é nula qualquer cláusula que estabeleça sua renúncia.
- b) Por meio de contrato de compra e venda, o vendedor transfere a propriedade da mercadoria vendida tão logo receba a prestação pecuniária devida pelo comprador.
- ▶ c) Se as partes de contrato de prestação de serviços não tiverem, expressamente, convencionado a remuneração pelos serviços prestados, estes serão arbitrados levando-se em conta, entre outros critérios, o costume local.
- d) O locador possui direito de retenção sobre as benfeitorias necessárias, realizadas pelo inquilino, em caso do não pagamento dos alugueres.
- e) A validade de uma declaração de vontade independe de forma, salvo quando expressamente prevista em lei. Em razão disso é que se considera não escrita cláusula que condicione a realização do ato a sua formalização por instrumento público.

27 - A respeito dos recursos no processo civil, considere as seguintes afirmativas:

1. **No caso de o recurso especial não ser admitido na origem, caberá Agravo para o Superior Tribunal de Justiça no prazo de 5 (cinco) dias. Tal recurso independe da formação de instrumento e recolhimento de custas processuais.**
2. **A apelação interposta contra sentença que rejeitou liminarmente os embargos à execução será recebida somente no efeito devolutivo.**
3. **Será possível a interposição de recurso extraordinário em face de decisão colegiada, proferida em única ou última instância, que tenha declarado a inconstitucionalidade de lei federal, ainda que não tenha sido prolatada por um tribunal.**
4. **Cabem embargos infringentes quando o acórdão unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.**
5. **A decisão que não recebe a apelação é recorrível por meio de agravo de instrumento, não sendo cabível, nesse caso, o agravo retido.**

Assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Somente as afirmativas 2, 3 e 5 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 2, 3 e 5 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 3, 4 e 5 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

28 - A respeito dos atos processuais, assinale a alternativa correta.

- a) Havendo litisconsortes representados pelo mesmo advogado, o prazo para apresentação de contestação será contado em dobro.
- b) Sendo a Fazenda Pública parte em processo judicial, esta terá prazo em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer.
- c) No processo de conhecimento, em regra, a citação de pessoa não residente na comarca onde tramita o feito será feita por meio de Carta Precatória.
- ▶ d) É inadmissível a citação pelo correio quando o réu for incapaz.
- e) Em regra, os atos processuais não são públicos, já que os processos tramitam em segredo de justiça.

29 - A respeito da ação rescisória, assinale a alternativa correta.

- a) Dentre outras hipóteses, a sentença de mérito transitada em julgado poderá ser rescindida quando proferida por juiz suspeito, impedido ou absolutamente incompetente.
- b) O Ministério Público terá legitimidade para a propositura da ação rescisória somente na hipótese de ter sido parte no processo cuja sentença busque rescindir.
- c) A petição inicial da ação rescisória deverá conter os requisitos do art. 282 do CPC. Além disso, necessariamente deverá haver: o pedido de rescisão do julgado, o pedido de novo julgamento e o depósito de 5% (cinco por cento) do valor da causa.
- d) Recebida a petição inicial da ação rescisória e estando a mesma com todos os requisitos, o juiz mandará citar o réu para contestar no prazo de 10 (dez) dias.
- ▶ e) Em regra, o ajuizamento da ação rescisória não impede o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo (art. 489 do CPC).

30 - A respeito do mandado de segurança, considere as seguintes afirmativas:

1. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
2. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência do ato impugnado pelo interessado.
3. O juiz, ao receber a petição inicial e verificando que esta preenche os requisitos legais, determinará a notificação da autoridade coatora a fim de que esta preste informações no prazo de 15 (quinze) dias.
4. Em caso de concessão de liminar em mandado de segurança, será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público quando o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 3 (três) dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.
5. No mandado de segurança será admitido o ingresso de litisconsorte ativo até o momento de prolação da sentença.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 3 e 5 são verdadeiras.
- ▶ b) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2, 3, 4 e 5 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2, 4 e 5 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.

31 - A respeito das regras de liquidação de sentença previstas no CPC, considere as seguintes afirmativas:

1. A liquidação poderá ser requerida na pendência de recurso, processando-se em autos apartados, no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.
2. Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o juiz, antes de intimar o réu para o cumprimento da condenação, deverá remeter os autos ao contador para que este realize os cálculos do valor devido.
3. Na liquidação por arbitramento, sempre será necessária a nomeação de um perito.
4. É autorizado na liquidação discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.
5. Far-se-á a liquidação por artigos, quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.

Assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Somente as afirmativas 1, 3 e 5 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2, 3 e 5 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1, 4 e 5 são verdadeiras.

32 - De acordo com as Leis 9.099/95 e 12.153/2009, que regulam o procedimento dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Juizados Especiais da Fazenda Pública, respectivamente, assinale a alternativa correta.

- a) As pessoas físicas capazes, ainda que cessionárias de direito de pessoas jurídicas, poderão ser autoras nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais.
- b) De acordo com a Lei 12.153/2009, as pessoas jurídicas de direito privado contarão com prazo em quádruplo para recorrer e em dobro para contestar.
- ▶ c) De acordo com a Lei 9.099/95, não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência, sendo admitido o litisconsórcio.
- d) Caso a Fazenda Pública seja condenada em prestação de pagar quantia em processo que tenha tramitado sob o rito da Lei 12.153/2009, haverá o reexame necessário (remessa oficial).
- e) De acordo com a Lei 12.153/2009, as pessoas jurídicas de direito público contarão com prazo em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar.

33 - A respeito do direito de ação, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É admissível ação declaratória, visando a obter certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual.
- ▶ b) É inadmissível a ação declaratória nas hipóteses em que já houve a violação do direito.
- c) Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.
- d) O interesse processual e a legitimidade de partes são condições da ação.
- e) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da autenticidade ou falsidade de documento.

34 - Ao se esgotar o prazo legal para lançamento do tributo, sem que a Fazenda Pública o tenha efetuado, ocorre:

- a) anistia.
- b) suspensão.
- c) prescrição.
- d) remissão.
- ▶ e) decadência.

35 - A respeito dos recursos no processo civil, considere as seguintes afirmativas:

1. Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos.
2. O recurso extraordinário e o recurso especial não impedem a execução da sentença; a interposição do agravo de instrumento não obsta o andamento do processo, ressalvado o disposto no art. 558 do Código de Processo Civil.
3. O recorrente poderá, desde que com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
4. A demonstração da existência de repercussão geral é dispensada para a interposição do Recurso Extraordinário.
5. Havendo sucumbência recíproca poderá, no prazo que a parte tem para apresentar contrarrazões, aderir ao recurso interposto pela outra parte. Essa situação é admissível nos casos de interposição de apelação, embargos infringentes, recurso especial e recurso extraordinário.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 2, 3 e 5 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- ▶ c) Somente as afirmativas 1, 2 e 5 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 4 e 5 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.

36 - A respeito da execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, aos respectivos embargos à execução e à forma de recebimento do valor, considere as seguintes afirmativas:

1. A Fazenda Pública será citada para oposição de embargos à execução no prazo de 30 (trinta) dias.
2. Caso o crédito objeto da execução contra a Fazenda Pública seja de caráter alimentar, haverá dispensa do regime dos precatórios.
3. Na execução contra a Fazenda Pública, os embargos poderão versar sobre qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, ainda que anterior à sentença.
4. Após citada, caso a Fazenda Pública não oponha embargos, o juiz determinará o sequestro do numerário suficiente ao pagamento da condenação, conforme preceitua o §6º do art. 100 da Constituição da República de 1988.
5. Se o credor for preterido no seu direito de preferência, o presidente do tribunal que expediu a ordem poderá, depois de ouvido o chefe do Ministério Público, ordenar o sequestro da quantia necessária para satisfazer o débito.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2, 3 e 5 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- ▶ e) Somente as afirmativas 1 e 5 são verdadeiras.

37 - Com base na jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em matéria tributária, assinale a alternativa correta.

- a) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- ▶ b) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal, segundo o qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- c) É inconstitucional a adoção no cálculo do valor de taxa de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- d) É constitucional a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica à do imposto territorial rural.
- e) Não viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa.

38 - A respeito da repartição constitucional das receitas tributárias, assinale a alternativa correta.

- a) Apesar de constar no texto constitucional a expressão “repartição das receitas tributárias”, a Constituição Federal de 1988 prevê apenas a repartição dos impostos, excluindo da repartição os demais tributos.
- b) Pertencem aos Municípios quarenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território.
- ▶ c) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- d) Pertencem aos Municípios setenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
- e) Pertencem aos Municípios trinta e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

39 - Sobre orçamentos, assinale a alternativa correta.

- a) A lei que instituir os orçamentos anuais estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- b) O plano plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- c) O Poder Executivo publicará, até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- d) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Senado Federal.
- ▶ e) Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

40 - Em relação ao regime constitucional dos servidores públicos, considerando as alterações promovidas pela Emenda Constitucional (EC) nº 19/98, assinale a alternativa correta.

- a) Os cargos de provimento em comissão são privativos dos servidores públicos de carreira, como forma de assegurar o princípio da profissionalização da função pública.
- b) É vedado o direito de greve aos servidores públicos, tendo em conta o princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos.
- c) Após o advento da EC 19/98, a Constituição Federal proíbe que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, no âmbito de sua competência e mediante lei, instituam o regime celetista para a contratação de empregados públicos na Administração Pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas.
- ▶ d) A exigência de concurso público de provas ou de provas e títulos, estabelecida no artigo 37, II, da CF, pode ser excepcionada por lei que autorize a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse coletivo.
- e) Nos termos da Constituição Federal de 1988, a proibição de acumular cargos e empregos no setor público é restrita ao âmbito da Administração direta, não alcançando os inativos nem os militares.